



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA GERAL

PORTARIA Nº 381, DE 06 DE JULHO DE 2021

Revogada pela [Portaria SG/MPF Nº 499, 15 de julho de 2022](#)  
Alterada pela [Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022](#)  
Alterada pela [Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021](#)

~~A SECRETÁRIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, parágrafo único, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela [Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015](#), resolve:~~

~~Art. 1º Delegar competência ao Secretário Executivo da Secretaria Geral quanto à prática dos seguintes atos administrativos:~~

~~I - no âmbito da Procuradoria Geral da República:~~

- ~~a) aprovar os contratos;~~
- ~~b) autorizar, excepcionalmente, o processamento de contratações que não estejam na Lista de Contratações aprovadas;~~
- ~~e) ratificar atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços;~~
- ~~d) autorizar, suspender e interromper férias de membros, a pedido;~~
- ~~e) autorizar usufruto de licença-prêmio de membros;~~
- ~~f) autorizar o pagamento do auxílio funeral e auxílio doença de membros;~~
- ~~g) homologar a acumulação de férias de membros; e~~
- ~~g) homologar a acumulação de férias de membros; ([Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022](#))~~
- ~~h) conceder licença capacitação de servidor.~~
- ~~h) conceder licença capacitação de servidor; ([Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022](#))~~
- ~~i) firmar convênios com instituições de ensino para concessão de estágio; ([Incluída pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022](#))~~
- ~~j) assinar portaria de elogio a servidores. ([Incluída pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022](#))~~

~~II – no âmbito do Ministério Público Federal:~~

~~a) prover e desprover cargos de servidores;~~

~~b) realizar remoção de servidores;~~

~~c) autorizar a realização de horas extras;~~

~~d) designar servidores para integrar comissões ou grupos de trabalho, relacionados a assuntos de interesse administrativo;~~

~~e) autorizar ação de capacitação;~~

~~f) autorizar o usufruto de folgas compensatórias de membros;~~

~~g) autorizar a conversão de licença prêmio em pecúnia;~~

~~h) autorizar a averbação de serviço/contribuição de membros;~~

~~h) autorizar a averbação de tempo de serviço/contribuição de membros;~~

~~(Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021)~~

~~i) conceder abono de permanência;~~

~~j) conceder ajuda de custo de membros;~~

~~k) conceder teletrabalho associado ao afastamento do cônjuge;~~

~~l) autorizar o afastamento do município onde está instalada a sede da unidade de lotação ou da região metropolitana respectiva, por servidor em regime teletrabalho;~~

~~m) autorizar o pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança;~~

~~n) conceder adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividade penosa;~~

~~o) autorizar, excepcionalmente, viagem extemporânea, nos termos do art. 4º, §4º, da Portaria PGR/MPU nº 41, de 25 de junho de 2014;~~

~~p) autorizar as indenizações previstas no art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 41, de 25 de junho de 2014; e~~

~~p) autorizar as indenizações previstas no art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 41, de 25 de junho de 2014; (Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021)~~

~~q) autorizar conversão em pecúnia de recesso remunerado não fruído de estagiários e autorizar solicitação de acúmulo do recesso remunerado de estagiários.~~

~~q) autorizar a conversão em pecúnia de recesso remunerado não fruído de estagiários e autorizar solicitação de acúmulo do recesso remunerado de estagiários; (Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021)~~

~~r) conceder aposentadoria e pensão civil a servidores e seus beneficiários; (Incluído pela Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021)~~

~~s) conceder isenção do Imposto de Renda na Fonte incidente sobre os proventos de aposentadoria; e [\(Incluído pela Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021\)](#)~~

~~s) conceder isenção do Imposto de Renda na Fonte incidente sobre os proventos de aposentadoria; [\(Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022\)](#)~~

~~t) abrir sindicância e instaurar processo administrativo disciplinar contra servidores. [\(Incluído pela Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021\)](#)~~

~~t) abrir sindicância e instaurar processo administrativo disciplinar contra servidores; [\(Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022\)](#)~~

~~u) homologar a concessão do benefício especial decorrente da opção ao Regime de Previdência Complementar a que se refere o art. 40, § 16 da [Constituição Federal de 1988](#), combinado com o art. 1º, § 1º, da [Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012](#), nos termos da [Resolução Conjunta STF/MPU nº 3, de 20 de junho de 2018](#); [\(Incluída pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022\)](#)~~

~~v) autorizar extensão de jornada a estagiários; [\(Incluída pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022\)](#)~~

~~x) autorizar vagas adicionais de estagiários; [\(Incluída pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022\)](#)~~

~~y) autorizar realização de recrutamentos internos nacionais, bem como no âmbito do Distrito Federal; e [\(Incluída pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022\)](#)~~

~~z) autorizar indenização de férias de membros e servidores. [\(Incluída pela Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de maio de 2022\)](#)~~

~~Parágrafo único. Não poderão ser objeto de delegação os atos administrativos que importem em gastos superiores à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por evento.~~

~~Parágrafo único. Não poderão ser objeto de delegação os atos administrativos que importem em gastos superiores a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por evento. [\(Redação dada pela Portaria SG/MPF nº 587, de 19 de outubro de 2021\)](#)~~

~~Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 1 (um) ano.~~

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

~~Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 26 jul. 2021. Caderno Administrativo p. 1.](#)~~